



## PUBLICIDADE ENCAPOTADA

### INFORMAÇÃO DA INDÚSTRIA? NÃO, MUITO OBRIGADO

*Em 2001, o Parlamento Europeu (PE) chumbou uma proposta que visava permitir a publicidade de medicamentos sujeitos a receita médica aos consumidores. Mas a indústria farmacêutica não desarma. Assistimos, agora, a uma multiplicação de esforços para o PE autorizar as empresas farmacêuticas a darem informação sobre saúde. Para as associações de consumidores, se o projecto vingar, abre-se uma porta à promoção de medicamentos sujeitos a receita médica. É um meio de contornar a proibição de publicidade.*

A indústria farmacêutica pretende informar o consumidor sobre saúde. Mas a proposta de lei em discussão no PE não responde às necessidades e expectativas do público.

Se o projecto da indústria vingar, abre-se a

porta à promoção de medicamentos sujeitos a receita médica, por enquanto, restrita, e bem, aos profissionais de saúde.

Chamar a atenção do público para a doença pode servir este propósito, ao levar o doente ao médico. O marketing agressivo junto dos profissionais faz o resto. A experiência noutros países revela que esta técnica é eficaz e aumenta os gastos com medicamentos. Permitir à indústria escolher os temas sobre os quais informar o consumidor pode revelar-se perverso. Os interesses comerciais chocam com o direito do consumidor a explicações claras, isentas e não promocionais.

A actual proposta da indústria prevê que a informação seja difundida através dos meios de comunicação social, como rádio e televisão, Internet ou outros. Mesmo que existam regras, as peças informativas serão muito difíceis de controlar pelas autoridades.

No melhor cenário, está previsto um controlo pelas autoridades após o lançamento das campanhas. Nessa altura, a mensagem já chegou ao público e a empresa atingiu o objectivo.

Os consumidores não aceitam informação da indústria farmacêutica. Para terem uma participação esclarecida na gestão da sua saúde, precisam de explicações isentas e completas de organizações independentes.

As empresas usam várias estratégias para contornar a lei, entre as quais campanhas de informação ou sensibilização sobre doenças. Estas não referem medicamentos, mas incitam a consultar o médico. Coincidem, muitas vezes, com o lançamento de novos produtos, que, ao mesmo tempo, são alvo de marketing agressivo junto dos profissionais.

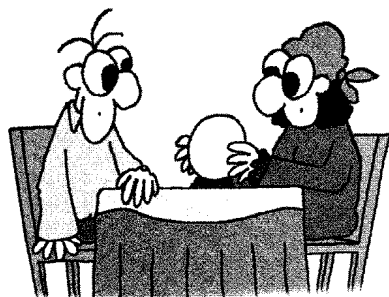
Dados os interesses comerciais, não temos garantias de que prestem informação isenta.

O risco de parcialidade informativa existe e são conhecidas várias omissões da indústria.

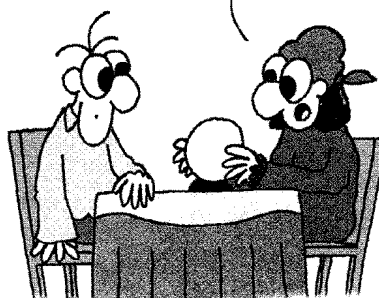
A situação é preocupante, sobretudo, porque os objectos preferenciais da publicidade são medicamentos recentes, para os quais o perfil de segurança, que inclui os efeitos adversos, não é bem conhecido.

Na defesa de uma informação isenta para todos os europeus, esperamos que os interesses dos utentes prevaleçam na hora da decisão.

# Um bom futuro...



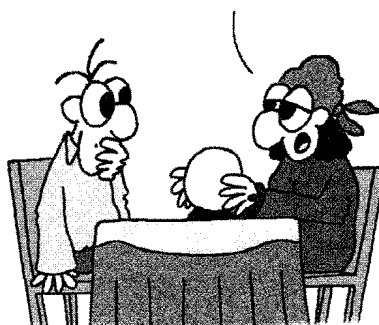
A SUA VIDA VAI MUDAR.  
VEJO COISAS BOAS NO FUTURO.



ACABA O TERRORISMO? O MUNDO FICA  
FINALMENTE EM PAZ? DEIXA DE HAVER  
POBREZA E INJUSTIÇAS? DESCOBRE-SE  
A CURA PARA AS DOENÇAS QUE AFECTAM  
A HUMANIDADE?



NÃO, QUE DISPARATE! VOCÊ VAI  
SER PROMOVIDO NO EMPREGO.



cus

## Consumidor vigia efeitos

Os utentes poderão alertar para efeitos secundários de medicamentos, se a lei for alterada pela proposta da Comissão Europeia. O plano prevê também um aviso no folheto dos fármacos sob vigilância mais apertada e a divulgação ao público dessa lista na Europa. O grupo europeu de associações de consumidores BEUC, que inclui a DECO, aplaude a ideia e avança sugestões: um pictograma nos medicamentos mais controlados e campanhas para sensibilizar os utentes do seu papel na vigilância.

Os consumidores exigem ainda centralizar as suas notificações no sistema europeu Eurovigilance e encaminhá-las às autoridades nacionais, e não apenas às farmacêuticas. Actualmente, além dos casos enviados pela indústria farmacêutica, médicos, enfermeiros e farmacêuticos são os porta-vozes de reacções adversas graves, não descritas no folheto ou que ocorram com frequência anormal. O Sistema Nacional de Farmacovigilância, composto pelo Infarmed e por unidades de farmacovigilância que a este reportam, recebe as notificações.

A Agência Europeia do Medicamento (EMA) recolhe os alertas nacionais e actualiza os dados dos produtos na Europa.

DECO/TESTESAÚDE

## MEDICAMENTOS POUCO EFICAZES

Os antidepressivos mais recentes não produzem melhoras significativas em doentes com depressão moderada e devem ser reservados para casos graves. Os autores desta revisão de estudos analisaram as investigações entregues à Food and Drugs Administration, organismo norte-americano regulador da alimentação e dos medicamentos, aquando do pedido de aprovação dos antidepressivos fluoxetina, venlafaxina, nefazodona e paroxetina. Em caso de depressão moderada, o efeito dos antidepressivos é semelhante à do placebo, produto sem efeitos terapêuticos: não houve melhoras em ambos os casos. Pelo contrário, os doentes com depressão grave melhoram ao tomar os medicamentos. Por isso, os autores sugerem que estes fármacos apenas sejam prescritos a casos graves ou a quem já tenha feito outros tratamentos, como psicoterapia, sem sucesso.

TESTESAÚDE/Journal of the American Medical Association



## PRODUTOS BIOLÓGICOS

- SEM ADUBOS QUÍMICOS
- SEM PESTICIDAS
- CERTIFICADOS



Quinta dos Linhais - Cortegaça - 2715-018 Pêro Pinheiro - Tel. 21 967 1193 - Fax 21 927 0902 - e-mail: info@providanatural.com - site: www.providanatural.com

PUBLICIDADE

